

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, doravante denominado DETRAN|ES, realizará licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", sob o critério "menor preço por lote", por meio do site www.compras.es.gov.br, para contratação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO TOTAL DE PEÇAS E COMPONENTES, E CONFEÇÃO DE LAUDOS E ART/CREA-ES, NOS SISTEMAS DE ALARME DE DETECÇÃO DE FUMAÇA, ALARME DE INCENDIO E SISTEMA DE SPRINKLERS, NA SEDE DO DETRAN|ES, conforme Processo nº 2021-8C9Q4, devidamente aprovado pela autoridade competente. O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados, pela Instrução de Serviço P nº 1.583, de 01/10/2021, publicada em 04/10/2021, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993, do Decreto estadual nº 2.458-R/2010 e da Portaria SEGER/PGE/SECONT nº 049-R/2010, bem como pelas demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro designado, por inserção e monitoramento de dados inseridos no aplicativo "Sistema Integrado de Gestão Administrativa – SIGA", no endereço www.compras.es.gov.br, conforme indicado abaixo:

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ÀS 11 horas do dia 07/02/2022.

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: ÀS 13:30 horas do dia 17/02/2022.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: ÀS 13:35 horas do dia 17/02/2022.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: ÀS 14:00 horas do dia 17/02/2022.

Pedido De Esclarecimentos: Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente via internet, por meio eletrônico pregao@detran.es.gov.br) ou em campo próprio no portal siga <https://portalsiga.es.gov.br>.

1.3 - Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelos do Edital

Anexo III – Exigências de Habilitação

Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato.

2 - DO OBJETO

2.1 - O objeto deste Pregão é a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento total de peças e componentes, e Confecção de Laudos e ART/CREA-ES, nos Sistemas de Alarme de Detecção de Fumaça, Alarme de Incêndio e Sistema de Sprinklers, na Sede do DETRAN|ES, conforme especificações do Anexo I do presente Edital.

2.2 - O recebimento do objeto se fará na forma estabelecida no Anexo I do presente Edital e no instrumento contratual.

2.3 - O serviço será prestado no seguinte local:

(a) Av. Fernando Ferrari, Nº 1080 – Torre Sul – Edifício América Centro Empresarial – Mata da Praia – Vitória/ES.

3 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

3.1 - Na forma prevista no Termo de Contrato, a licitante vencedora deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio do Departamento Estadual de Trânsito a cargo da conta da atividade no 10.45.06.202.06.122.0036.2070, Elemento de Despesa no 3.3.90.30.25 do orçamento do DETRAN|ES para o exercício de 2021.

5 - DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - Os preços serão estabelecidos em conformidade com a proposta do licitante vencedor, observadas as exigências deste edital, devendo estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto contratual.

5.2 - Os preços, a eventual revisão e reajustes serão estabelecidos em conformidade com o disposto no Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato.

5.3 - Os pagamentos serão realizados em conformidade com o disposto no Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1 - O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e terá duração de 30 (trinta) meses.

6.2 - A prorrogação poderá ser admitida nos termos do art. 57 da Lei 8.666/1993, mediante prévia justificativa e autorização da autoridade competente, devendo ser precedida, ainda, de manifestação da Assessoria Jurídica do Detran-ES.

6.3 - Ocorrendo a hipótese prevista no inc. II do art. 57 da Lei 8666/1993, a duração do contrato poderá sofrer prorrogação por sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, desde que cumpridas as formalidades acima indicadas e demonstrado, nos autos, que a medida importará em obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

7 - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

7.1 - O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento das mesmas, conforme indicado neste edital.

8 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

8.1 - O licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário fixados para início da disputa.

9 - REFERÊNCIA DE TEMPO

9.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

10.1 - Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

10.2 - Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

10.2.1 - estejam constituídos sob a forma de consórcio;

10.2.2 - estejam cumprindo as penalidades previstas no art. 87, III, da Lei 8.666/1993, desde que não haja disposição expressa limitando os seus efeitos à esfera do ente sancionador;

10.2.3 - estejam cumprindo a penalidade prevista no art. 87, IV, da Lei 8.666/1993, ainda que impostas por ente federativo diverso do Espírito Santo;

10.2.4 - estejam cumprindo penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002, desde que a decisão proferida pelo ente sancionador amplie, expressamente, os seus efeitos aos demais órgãos da Administração Pública Nacional.

10.2.5 - estejam sob falência, dissolução ou liquidação;

10.2.5.1 - Caso o licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada na fase de habilitação a sentença homologatória do plano de recuperação judicial;

10.2.6 - não cumpram o disposto no art. 9º da Lei 8.666/1993 e alterações.

11 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

11.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

11.1.1 - coordenar o processo licitatório;

11.1.2 - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

11.1.3 - conduzir a sessão pública na internet;

11.1.4 - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

11.1.5 - dirigir a etapa de lances;

11.1.6 - verificar e julgar as condições de habilitação;

11.1.7 - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

11.1.8 - indicar o vencedor do certame;

11.1.9 - adjudicar o objeto, quando não houver recurso, sendo que, em havendo recursos, competirá ao ordenador de despesas a adjudicação;

11.1.10 - conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

11.1.11 - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES

12.1 - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

12.1.1 - credenciar-se, previamente, junto ao Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES, por meio do sítio www.compras.es.gov.br, para obtenção da senha de acesso ao sistema eletrônico de compras;

12.1.2 - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

12.1.3 - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

12.1.4 - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, bem como manter endereço atualizado de correio eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

12.1.5 - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

12.1.6 - utilizar-se da chave de identificação (login) e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

12.1.7 - solicitar o cancelamento da chave de identificação (login) ou da senha de acesso por interesse próprio;

12.1.8 - submeter-se às exigências do Decreto Estadual 2.458/2010, do Decreto Estadual 2.849-R/2011, da Portaria SEGER nº 049-R, da Lei 10.520/2002 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/1993, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

12.2 - O fornecedor descredenciado no CRC/ES terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

13 - DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA

13.1 - Os licitantes deverão ser previamente credenciados perante o Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio do site www.compras.es.gov.br, para obtenção de acesso ao sistema eletrônico de licitação.

13.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de login e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, identificado pelo status “com certificado”.

13.3 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

13.4 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

13.5 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

13.6 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

14 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 - Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão.

14.2 - A impugnação deverá ser feita, de forma motivada, em campo próprio do sistema, podendo ser anexados documentos digitalizados em formato “pdf”, ou protocolizada no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, somente sendo aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo(s) impugnante(s).

14.3 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

14.4 - Caso o pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a autoridade competente – ordenadora da despesa - a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do pregoeiro.

14.5 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame

14.6 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço (pregao@detran.es.gov.br) ou em campo próprio no portal [siga https://portalsiga.es.gov.br](https://portalsiga.es.gov.br) , devendo o pregoeiro prestar o esclarecimento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

14.7 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

15.1 - Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e com o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando a data e o horário limite para o seu acolhimento, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

15.1.1 - A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

15.1.2 - As propostas deverão indicar expressamente o preço global dos serviços prestados, considerando o prazo de vigência inicial previsto para o contrato.

15.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

15.3 - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

15.4 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação de regência, sem prejuízo de qualquer sanção criminal cabível.

15.5 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

15.6 - Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

15.7 - A proposta comercial vencedora deverá ser apresentada no prazo referido no item 17.2, em conformidade com o modelo contido no Anexo II, acompanhada de todos os documentos nele enumerados, observando-se o que se segue, sem prejuízo para as demais instruções constantes deste edital e seus anexos:

15.7.1 - Digitá-la, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação, ao contrato, das normas e critérios deste Edital;

15.7.2 - Assinar a proposta na parte final e rubricá-la em todas as suas folhas.

16 - DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1 - Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço por lote.

16.2 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

16.3 - A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

16.4 - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet, no seguinte sítio eletrônico: (www.compras.es.gov.br).

16.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, que será ativado a critério do pregoeiro.

16.6 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

16.7 - Classificadas as propostas, considerando-se o critério de menor preço global, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

16.8 - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

16.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital.

16.10 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

16.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

16.12 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

16.13 - Na fase competitiva do pregão, o intervalo entre os lances enviados obedecerá a seguinte regra:

16.13.1 - O menor lance registrado só poderá ser coberto após o intervalo de 3 (três) segundos;

16.13.2 - Após enviar um lance, o licitante aguardará 20 (vinte) segundos para envio do próximo, independentemente de ser ou não o melhor lance vigente;

16.13.3 - Caso o detentor do menor lance registrado tenha seu preço coberto por outro licitante, ele passa a aguardar 3 (três) segundos para envio de novo lance.

16.13.4 - A regra dos 3 (três) segundos não se aplica aos lances superiores ao menor lance registrado, que observarão a regra do item 16.13.2

16.13.5 - Os lances enviados em desacordo com os itens anteriores serão descartados automaticamente pelo sistema.

16.13.6 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.

16.13.7 - Na hipótese do inciso anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

16.14 - Na fase competitiva da sessão pública, o tempo normal de disputa será encerrado por decisão do pregoeiro, o que deverá ser comunicado aos licitantes com antecedência mínima de um minuto, iniciando-se, após isso, o tempo aleatório de disputa no sistema.

16.15 - No decurso do tempo aleatório concedido pelo sistema para oferecimento de lances, o sistema eletrônico encerrará, aleatoriamente, dentro de um período de até 30 (trinta) minutos, a recepção de lances, após encerramento do tempo normal pelo pregoeiro.

16.16 - Após o encerramento da etapa aleatória de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

16.17 - Na hipótese de comparecer apenas 01 (um) licitante na sala de disputa, passar-se-á, automaticamente, à fase de contraproposta.

16.18 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

16.19 - Logo após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

16.19.1 - A Administração declarará no sistema que ocorreu o empate descrito acima e, desde já, convocará a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada para, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, sob pena de decadência de seu direito de preferência, apresentar nova proposta inferior àquela considerada originalmente vencedora do certame;

16.19.2 - Se, por motivo justificado, não for possível informar a ocorrência do empate logo após a fase de lances, o pregoeiro deverá informar aos licitantes a data e a hora em que irá declarar a ocorrência do empate e convocar a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada para exercer seu direito de preferência nos termos do subitem anterior;

16.19.3 - Exercido o direito de preferência por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada convocada, será esta considerada detentora da melhor proposta no certame, devendo apresentar os documentos exigidos para habilitação, nos termos do presente edital;

16.19.4 - O pregoeiro deverá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme regras estabelecidas neste edital;

16.19.5 - Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada que apresentou a melhor proposta, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas remanescentes, observada a ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência;

16.19.6 - Caso não ocorra a contratação de microempresas, empresa de pequeno porte ou equiparada nos termos dos subitens anteriores, será declarada vencedora a licitante que houver ofertado a proposta originalmente vencedora do certame.

16.20 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

16.21 - Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

17 - DO PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO

17.1 - Encerrada a etapa de lances e negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado, a sua exequibilidade e adequação do objeto e, depois, solicitará a apresentação da Proposta Comercial e seus anexos (Anexo II.A) e dos Documentos de Habilitação (Anexo III).

17.2 - A Proposta Comercial e seus anexos e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior à convocação feita pelo Pregoeiro no sistema eletrônico, o envio deve ser feito por e-mail em formato "PDF" (pregao@detran.es.gov.br) assinados digitalmente ou autenticados, podendo ainda serem encaminhados via E-doc's para a Comissão Permanente de Pregão.

17.2.1 - O Pregoeiro podará, se entender necessário, solicitar a apresentação na forma original ou por cópia, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil posterior à convocação feita no sistema eletrônico e por e-mail.

17.2.2 - Quando solicitado a apresentação de documentos na forma original, deverá ser utilizado o SEDEX, com REGISTRO e, se solicitado, deverá o licitante fornecer o código para rastreamento, sendo que

exclusivamente se atendidas estas condições o prazo de entrega será considerado atendido na data de postagem dos documentos.

17.2.3 - No caso de contratação em que se exija a apresentação de planilhas de composição de preços, o Pregoeiro poderá, se entender necessário, solicitar sejam encaminhadas também por e-mail, em arquivo em formato editável, no mesmo prazo fixado para a Proposta Comercial, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

17.3 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

(a) Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES (<https://www.siga.es.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/tabbasicas/FornecedoresSancionadosPageList.jsp?opcao=todos>).

(b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

17.3.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

17.3.3 - Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

17.4 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

17.5 - A habilitação do licitante que se declarar cadastrado no CRC/ES, no que tange exclusivamente aos documentos por ele abrangidos, será verificada por meio de consulta efetuada pelo Pregoeiro. O registro no CRC/ES não dispensa o licitante de encaminhar nos mesmos prazos os documentos não compreendidos no referido cadastro, ou que já estiverem vencidos.

17.6 - Em se tratando de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para fins de formalização da contratação, mas o licitante deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de tal comprovação, mesmo que esta apresente alguma restrição, observadas as regras do Anexo III.

17.6.1 - O motivo da irregularidade fiscal e trabalhista pendente, quando for o caso, deverá ficar registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

17.7 - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

17.8 - Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

17.9 - Nas hipóteses previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

18 - DOS RECURSOS E DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA

18.1 - No mínimo, com vinte e quatro horas de antecedência, o Pregoeiro deverá comunicar aos licitantes, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada e por e-mail, data e hora em que declarará o vencedor do certame.

18.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

18.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

18.4 - Para efeito do disposto no item anterior, manifestação imediata é aquela efetuada via eletrônica – internet -, no período máximo de 30 (trinta) minutos após o pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação; e manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer.

18.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.7 - Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, registrados em campo próprio e anexados documentos digitalizados em formato “pdf”. Somente serão aceitas razões assinadas pelos recorrentes.

18.8 - Todos os atos praticados durante a sessão pública deverão ser registrados em ata.

18.9 - A minuta da ata da sessão pública será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o seu encerramento. A versão definitiva da ata será disponibilizada após a adjudicação do certame.

19 - DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

19.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

19.2 - Após a homologação referida no item anterior, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

19.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

19.4 - Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 10.520/2002, o licitante ou adjudicatário que:

20.1.1 - Não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2 - Não retirar o instrumento que substitui o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.3 - Deixar de entregar os documentos exigidos;

20.1.4 - Apresentar documento falso;

20.1.5 - Ensejar o retardamento da licitação;

20.1.6 - Não mantiver a proposta;

20.1.7 - Cometer fraude fiscal; ou

20.1.8 - Comportar-se de modo inidôneo.

20.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 90 a 97 da Lei 8.666/1993 e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

20.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

20.3.1 - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

20.3.2 - Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme o art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

20.4 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.


20.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal o disposto no termo de contrato ou no termo de referência quanto ao procedimento e outras condições.

20.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no termo de contrato ou no termo de referência.

21 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - O VALOR GLOBAL máximo admitido para o presente processo licitatório é de:

LOTE ÚNICO: R\$ 499.891,77 (quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e noventa e um reais e setenta e sete centavos).

 COMPARATIVO DE PREÇOS - COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES					
<i>Processo- 2021-8C9Q4</i>					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD ESTIMADA	MÉDIA DE VALORES	
			(A)	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL nos Sistemas de Emergencia de Detecção de Fumaça, Sistema de Alarme de Incendio Endereçável Sky Fire e Sistema de Sprinklers na Sede do DETRAN ES.	Mensal	30	R\$2.760,00	R\$82.800,00
2	Serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA com fornecimento total de peças com mão de obra inclusa, nos Sistemas de Emergencia de Detecção de Fumaça, Sistema de Alarme de Incendio Endereçável Sky Fire e Sistema de Sprinklers na Sede do DETRAN ES.	Serviço	15	R\$3.483,33	R\$52.250,00
3	Confecção e fornecimento de Laudos e ART's Anuais para Renovação do Alvará o Corpo de Bombeiros dos Sistemas de Emergencia de Detecção de Fumaça, Sistema de Alarme de Incendio Endereçável Sky Fire e Sistema de Sprinklers na Sede do DETRAN ES.	Serviço	10	R\$1.133,33	R\$11.333,33
			(A)	Valor Unitário (Peça+mão de obra) R\$	Valor Total (Peça+mão de obra) R\$
4	DETECTOR ÓPTICO DE FUMAÇA - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	unidade	150	R\$274,47	R\$41.170,00
5	ACIONADOR MANUAL - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	unidade	15	R\$324,30	R\$4.864,50
6	SIRENE AUDIOVISUAL - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	unidade	15	R\$240,50	R\$3.607,50
7	CENTRAL DE ALARME ENDEREÇAVEL SKY FIRE - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	unidade	2	R\$14.658,00	R\$29.316,00
8	BATERIA - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	unidade	6	R\$716,67	R\$4.300,00
9	LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	unidade	60	R\$150,00	R\$9.000,00
10	CHUVEIROS AUTOMÁTICOS (SPRINKLERS) - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	unidade	250	R\$425,00	R\$106.250,00
11	SISTEMA NOVEC (KIDDE FIRE SYSTEM) - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	unidade	2	R\$77.500,00	R\$155.000,00
VALOR TOTAL				R\$ 499.891,77	

- 21.1.1. Todos os lances, inclusive a cotação inicial, deverão ser feitos pelo valor total global do Lote.
- 21.1.2. Não serão aceitos valores unitários e total, superiores aos previstos nas tabelas acima.
- 21.1.3. A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido nos itens anteriores importará em desclassificação do licitante.
- 21.1.4. A empresa licitante, ao elaborar sua proposta comercial, deverá efetuar-la de forma LINEAR para todos os itens, ou seja, o desconto dado a um item deverá, necessariamente, ser na mesma porcentagem dos demais descontos oferecidos aos outros itens.

21.2 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.3 - Ao apresentar a proposta, o licitante assume que está fazendo isso de forma absolutamente independente e que, acaso se apresente, em qualquer momento, a formação de cartel ou qualquer conluio, a Administração adotará os meios necessários para as devidas averiguações e as respectivas sanções.

21.4 - É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a criação de exigência não prevista neste edital.

21.5 - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

21.6 - Em caso de dúvida quanto à autenticidade de assinatura constante em documento apresentado por licitante, poder-se-á diligenciar no intuito de saná-la, inclusive concedendo prazo para o reconhecimento de firma.

21.7 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

21.8 - Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do pregoeiro.

21.9 - A adjudicação e a homologação da licitação poderão ser feitas por lote, ainda que o sistema eletrônico adotado pela Administração Pública Estadual não esteja adequado para tanto, devendo constar despacho fundamentado no respectivo processo administrativo, e desde que atestada a inexistência de recurso pendente de apreciação.

21.9.1 - Adjudicado o objeto e homologado o certame por lote, o Pregoeiro deverá providenciar a publicação do resultado da licitação quanto ao respectivo lote e, no momento oportuno, atualizar as informações no sistema eletrônico.

21.10 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.11 - As decisões referentes a este processo licitatório deverão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

21.12 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

21.13 - A participação do licitante nesta licitação, implica aceitação de todos os termos deste Edital.

21.14 - Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário do certame, por despacho motivado, se, após a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

21.15 - A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.16 - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do ajuste.

21.17 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Vitória-ES, ___ de _____ de _____.

Luiz Arnaldo Custódio Bomfim

Pregoeiro CPP/DETRAN

IS P nº 1.583, 01/10/2021

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto:

Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento total de peças e componentes, e Confecção de Laudos e ART/CREA-ES, nos Sistemas de Alarme de Detecção de Fumaça, Alarme de Incêndio e Sistema de Sprinklers, na Sede do DETRAN|ES – LOTE ÚNICO

Modalidade de Licitação – Base Legal:

Pregão Eletrônico

Estimativa de Custos Global:

O valor será determinado pela Coordenação de Licitações após pesquisa de mercado.

Unidade Administrativa responsável pela Coordenação Geral do Projeto:

Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo

Prazo de vigência do Contrato:

30 (trinta) meses, prorrogável, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Responsável pela Elaboração do Projeto: Subgerência de Serviços Gerais e Patrimônio.

Data de elaboração: DEZEMBRO/2021

Data prevista para implantação: MARÇO/2022

Número da versão e data: Versão 3.0 – 30/12/2021

Assinatura dos Responsáveis pelo Projeto:

Marcos Aurélio Silva Camargo
Assistente de Trânsito – SGSEP

DETRAN|ES

Lenir Vieira

Subgerente – SGSEP

DETRAN|ES

Autorização do Ordenador de Despesas:

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - 1. DA INTRODUÇÃO

1.1 O presente instrumento, diante do disposto no art. 6º, IX, da Lei 8.666/93, engloba o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto.

2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento total de peças e componentes, e Confecção de Laudos e ART/CREA-ES, nos Sistemas de Alarme de Detecção de Fumaça, Alarme de Incendio e Sistema de Sprinklers, na Sede do DETRAN|ES, localizada na Av. Fernando Ferrari, Nº 1080 – Torre Sul – Edifício América Centro Empresarial – Mata da Praia – Vitória/ES.

2.2. Entenda-se por **manutenção preventiva** o fornecimento de mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo, tudo em conformidade com as especificações, normas técnicas e orientações dos fabricantes dos sistemas ora instalados nas dependências da Sede do DETRAN|ES.

2.3. A **manutenção corretiva, com fornecimento total de peças e componentes**, de sistemas e equipamentos corresponde à atuação imediata após a ocorrência de defeitos, desgaste de materiais e imprevistos e ocorrerá sempre que necessário.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1 O Departamento Estadual de Trânsito é um órgão que tem dentre suas diversas atividades a responsabilidade de expedir licença de aprendizagem, permissão para dirigir e carteira nacional de habilitação, certificado de registro e licenciamento de veículo (CRLV), certificado de registro de veículo (CRV) e outros;

3.2 Para exercer suas atividades o DETRAN/ES, lida com pessoas, vasta documentação e com uso de grande quantidade de mobiliário, tudo em imóvel público;

3.3 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de alarme é essencial, pois é a primeira linha de combate a incêndio. Uma vez que por meio de sensores identifica focos de fumaça e aciona o sistema de alarme sonoro, fazendo com que os usuários da instalação estejam em alerta para possível princípio de incêndio. Caso o foco de fumaça persista será acionado o sistema de sprinklers que aspergirá jatos de água visando debelar o princípio de incêndio.

3.4 A prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de alarme de incêndio, com fornecimento total de peças e componentes e emissão de Laudo e ART é indispensável à proteção da vida e do patrimônio público e a liberação do Alvará de Licença do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo, e, conseqüentemente, do Alvará de Localização e Funcionamento pelas Prefeituras;

3.5 Atender as exigências da legislação vigente referentes à prevenção e combate a incêndio, entre outras:

- Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 10897) - Esta Norma fixa as condições para instalação de proteção contra incêndio por chuveiro automático.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 16981) - Esta Norma fixa as condições para Proteção contra incêndio por sistema de chuveiros automáticos. E outras relacionadas no item 4.6.

Faz necessário a realização de certame licitatório para os serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento total de peças e componentes, e Confecção de Laudos e ART/CREA-ES, nos Sistemas de Alarme de Detecção de Fumaça, Alarme de Incêndio e Sistema de Sprinklers, com vistas a garantir a

segurança e a integridade física dos servidores e usuários do DETRAN|ES, bem como das instalações de sua Sede Administrativa, Localizada na Torre Sul, do Edifício América Centro Empresarial.

4. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

4.1. A execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento total de peças e componentes, nos Sistemas de Emergência, Detecção de Fumaça, Alarme e Combate a Incêndio, deverá observar as normas técnicas que regem os sistema de combate a incêndio, não podendo a licitante vencedora transferir, no todo ou em parte, a execução do serviço objeto deste termo, sem a anuência da administração;

4.2. O custo com a substituição de peças “miúdas” inaproveitáveis de pequeno custo, tais como parafusos, arruelas, porcas e óleos, deverá estar incluído no valor mensal da prestação dos serviços de manutenção preventiva:

4.3. Em até 20 (vinte) dias após a realização da primeira manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá fornecer uma relação dos serviços de fornecimento e substituição das peças e componentes, que possam vir a ser necessárias à execução destes serviços, que não estejam elencadas no Item 2 do ANEXO I:

4.2.1. A aquisição futura das peças acrescidas, caso necessária, será realizada nos termos da legislação vigente.

4.2.2. Na lista a que faz referência o subitem anterior, deverão constar, além das especificações técnicas suficientes para permitir a cotação de cada um dos itens pelo mercado, os itens para os quais haja a necessidade de indicação de marcas exclusivas, apontando, para cada item em que seja necessária a indicação de marca, a justificativa técnica para tal indicação, considerando a manutenção da garantia do equipamento, e a compatibilidade de utilização de peças ou componentes de marcas similares.

4.4. Para os Serviços de Manutenção Preventiva, o regime de execução será o de empreitada por preço global;

4.5. Para os Serviços de Manutenção Corretiva, com fornecimento total de peças e componentes, o regime de execução será o de empreitada por preço unitário, sendo executados sob demanda (mediante solicitação e aprovação da Contratante);

4.5.1 Nesse regime, não há que se falar em compromissos futuros para o CONTRATANTE, razão pela qual não poderão ser exigidos nem considerados como quantidades e valores para pagamento mínimo aqueles constantes na estimativa do Item 2 do ANEXO I, não cabendo, ainda, se falar em indenização caso nenhum dos itens constantes na relação seja adquirido pelo CONTRATANTE.

4.6. Sem prejuízo das demais normas técnicas e leis referentes ao objeto do contrato, deverão ser observadas, no mínimo, as normas constantes do quadro que segue, afim de atender à todas as exigências técnicas da ABNT, CREA e Corpo de Bombeiros Militar do ES;

FORMA TÉCNICA	ASSUNTO
NBR-13792	ção contra incêndio por sistema de chuveiros automáticos.
NBR-10897	ção Contra Incêndio por Chuveiro automático
NT – 20	ma de Proteção por Chuveiros Automáticos
NBR-10898	ma de Iluminação de Emergência

NT -13	nação de emergência
NT – 17	na de Detecção e Alarme de Incêndio
NBR 17240/2010	nas de detecção e alarme de incêndio – Projeto, instalação, ssionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio requisitos.

4.7. O equipamento que for deslocado para oficina da CONTRATADA, a fim de receber manutenção preventiva ou corretiva, deverá retornar ao local de origem em condições de uso no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a retirada do equipamento, ficando a CONTRATADA, obrigada a providenciar configuração operacional alternativa, quando necessário;

4.8. Toda visita, seja ela preventiva ou corretiva, deverá ser realizada por técnicos especializados, devidamente habilitados, aptos para atender às especificações dos fabricantes dos equipamentos, utilizando ferramentas recomendadas pelos mesmos;

4.9. Os Sistemas de Iluminação, Sistema de chuveiros automáticos, Detecção e Alarme possuem os quantitativos de equipamentos conforme ANEXO II

4.10. Os serviços de manutenção corretiva, com fornecimento total de peças e componentes, quando executados, deverão ser relacionados em relatório mensal, com suas respectivas referências, números de série, número de nota fiscal e discriminação dos locais onde foram instalados.

4.10.1. As peças e/ou equipamentos que estiverem danificados e constantes dos relatórios apresentados, mensal ou semestral, serão substituídas pela CONTRATADA, mediante autorização do CONTRATANTE;

4.10.2. A CONTRATADA deverá utilizar para reposição somente peças e acessórios genuínos e/ou originais (novos) nos equipamentos.

4.11. Quando a manutenção exigir a interrupção parcial ou total do funcionamento dos sistemas devem ser tomadas precauções especiais no sentido de suprir a vigilância necessária dos locais cujos circuitos/dispositivos encontram-se inoperantes.

4.12. Realizar a limpeza dos componentes do sistema, a cada atividade de manutenção, se necessário.

4.13. RESSARCIMENTO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO RELACIONADAS NO ITEM 2 DO ANEXO I.

4.13.1. O custo das peças de reposição é de responsabilidade da CONTRATANTE, e para efeito de ressarcimento a CONTRATADA deverá submeter à aprovação do CONTRATANTE um laudo técnico, quando solicitado pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, atestando o defeito e suas prováveis causas, devendo também apresentar as peças adquiridas visando à eventual substituição;

4.13.2. Os valores gastos com substituição de peças serão pagos à CONTRATADA mediante processo de ressarcimento;

4.13.3. A relação de peças e os valores ressarcidos estão definidos conforme ANEXO II. Ressalta-se que a estes valores serão aplicados o percentual de desconto fornecido pela CONTRATADA no momento do pregão;

4.13.4. A CONTRATADA deverá utilizar para reposição somente peças e acessórios genuínos e/ou originais (novos) nos equipamentos;

4.13.5. A CONTRATADA será responsável pela especificação e aquisição dos materiais/peças de reposição, fornecidos na forma deste Termo de Referência, não cabendo qualquer solidariedade e/ou assunção de custos para o DETRAN advindos com a necessidade de troca/devolução junto a fabricantes e/ou seus prepostos envolvendo mercadorias já adquiridas;

4.13.6. Poderá ser fornecido material/peça de qualidade superior ao substituído, notadamente nos casos em que se fizer necessário a melhoria das instalações, observado os aspectos técnicos de compatibilidade, segurança e viabilidade econômica;

4.13.7. A aplicação por parte da CONTRATADA de qualquer material/peça que não apresente equivalência construtiva, ou seja, de qualidade inferior àquele a ser substituído ensejará na obrigação da mantenedora efetuar a devida regularização imediatamente, sem quaisquer ônus para o DETRAN e sem prejuízo das sanções cabíveis contratualmente;

4.13.8. A CONTRATADA dará garantia total, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, de todos os materiais/peças fornecidos na forma deste Edital, instalados ou não (Art.26 do Código de Defesa do Consumidor), ou por prazo superior definido pelo fabricante;

4.13.9. Para facilitar o processo de ressarcimento, fica definido que o mesmo será mensal, e que a contratada apresentará laudo técnico, quando solicitado pelo gestor/fiscal do contrato, em separado, de cada peça substituída, juntamente da fatura de prestação de serviços relativa a este contrato;

4.13.10. As peças substituídas deverão ser entregues ao Gestor ou Fiscal do Contrato no DETRAN|ES, caso solicitado, para fins de vistoria. Após realização da vistoria fica a empresa contratada responsável pelo correto destino das peças inutilizadas, de modo que este descarte não tenha impacto ambiental como efeito.

4.14. RESSARCIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO NÃO RELACIONADAS NO ITEM 2 DO ANEXO I.

4.14.1. Os valores gastos com substituição de peças não inclusas no contrato, serão pagos à CONTRATADA mediante processo de ressarcimento. O pagamento somente ocorrerá após prévia apresentação de três orçamentos distintos e idôneos pela contratada e a respectiva aprovação do DETRAN;

4.14.2. O custo das peças de reposição é de responsabilidade da CONTRATANTE e para efeito de ressarcimento do custo de peças substituídas, a CONTRATADA deverá submeter à aprovação do CONTRATANTE um laudo técnico, quando solicitado pelo Gestor ou Fiscal do Contrato, atestando o defeito e suas prováveis causas, deve apresentar também as peças adquiridas visando à eventual substituição.

2 - 4.15. DA MANUNTENÇÃO PREVENTIVA

4.15.1. Para os serviços de manutenção preventiva, mensalmente, a CONTRATADA deverá proceder as atividades discriminados abaixo:

- a) Testar os circuitos internos da central;
- b) Testar os módulos de comando e laços;
- c) Testar as fontes de alimentação;
- d) Testar as baterias, medir o consumo e verificar o nível dos eletrólitos;
- e) Testar o funcionamento automático e manual;
- f) Testar o funcionamento de todas os sistema de emergência;
- g) Verificar e testar o carregador flutuador;
- h) Remover todas as irregularidades encontradas nos testes;

- i) Realizar limpeza nos equipamentos;
- j) Apresentar relatório;
- k) Medir a corrente dos sistemas em cada circuito de detecção, alarme e comandos, e comparação com a leitura realizada na manutenção anterior;
- l) Verificar a supervisão em cada circuito de detecção, alarme e comandos;
- m) Verificar o visual do estado geral dos componentes da central e condições de operação;
- n) Verificar o estado e a carga das baterias;
- o) Medir a tensão da fonte primária;
- p) Realizar ensaio funcional, por amostragem, dos detectores com gás apropriado, fonte de calor, ou procedimento documentado, recomendado pelo fabricante, no mínimo 25 % do total de detectores, a cada três meses, garantindo que 100 % dos detectores sejam ensaiados no período de um ano;
- q) Realizar ensaio funcional de todos os acionadores manuais do sistema, a cada três meses;
- r) Realizar ensaio funcional de todos os avisadores, a cada três meses;
- s) Realizar ensaio funcional de todos os comandos, incluindo os de sistemas automáticos de combate a incêndio, a cada três meses;
- t) Realizar ensaio funcional dos painéis repetidores, a cada três meses;
- u) Verificar se houve alteração nas dimensões da área protegida, ocupação, utilização, novos equipamentos, ventilação, ar-condicionado, piso elevado, forro ou criação de novas áreas em relação à última revisão do projeto;
- v) Verificar os danos na rede de eletrodutos ou fiação.

4.15.2. A cada semestre, além dos testes mensais, a CONTRATADA deverá:

- a) Retirar todos os detectores, desmontar, lavar, montar e testar com instrumentos;
- b) Recolocar e efetuar os testes de funcionamento;
- c) Providenciar a verificação e testes no cabeamento geral;
- d) Testar o alarme sonoro;
- e) Realizar limpeza nos equipamentos;
- f) Apresentar relatório específico do período.

4.15.3. A periodicidade das manutenções preventivas no sistema deve ser definida, no mínimo atendendo aos itens acima, levando em conta a dimensão da instalação, área protegida, quantidade de detectores, tipos de ambientes, presença de poeira, vapores, insetos e nível de confiabilidade desejado. É necessário observar que quanto mais crítica e agressiva for a área protegida, menor deve ser o intervalo entre as manutenções. A periodicidade definida para as manutenções preventivas não pode ultrapassar três meses.

4.16. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FERNECIMENTO TOTAL DE PEÇAS E COMPONENTES

4.16.1. Os chamados de manutenção corretiva serão feitos via telefone e via email concomitantemente e a partir do recebimento destes últimos, será feito o controle do cumprimento dos prazos estabelecidos nos subitens abaixo:

4.16.1.1. A CONTRATADA deverá atender o chamado do CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, inclusive fora do expediente, nos finais de semana e feriados, para realizar manutenção corretiva, não implicando em adicional de preço;

4.16.1.2 Em caso de chamada de urgência realizada pelo CONTRATANTE, o chamado deverá ser atendido em até 03 (três) horas.

4.16.2. A CONTRATADA deverá manter constante gerenciamento dos canais de contato como telefones e conta(s) de e-mail, mantendo (as) ativa (s) e fazendo atualizações constantes dos emails recebidos e enviados durante o prazo de prestação dos serviços.

4.16.3. A CONTRATADA, deverá acusar o recebimento do e-mail de solicitação de serviço do CONTRATANTE no prazo máximo de 1 (uma) hora após o horário que o CONTRATANTE o enviou.

4.16.4. Decorrido o prazo do item 4.16.3 sem que haja manifestação da CONTRATADA, a solicitação do serviço será considerada como recebida e será iniciada a contagem do prazo para atendimento do chamado;

4.16.5. Quanto à manutenção corretiva, verifica-se a necessidade de, em média, realizar a troca anual de cerca de 10% dos seguintes equipamentos: detectores ópticos de fumaça, acionadores manuais, chaves de fluxo. Além disso, a cada dois anos, se houver necessidade, efetuar a troca de: sirenes eletrônicas, quadro paralelo, centrais de alarme, bateria, centrais de emergência.

5. RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Em relação aos Serviços de Manutenção Preventiva, o objeto será recebido da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da CONTRATADA;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

5.2. Em relação aos Serviços de Manutenção Corretiva com Fornecimento total de peças e componentes esses serão recebidos da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

5.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6. DA PROPOSTA COMERCIAL

6.1. O preço máximo estimado para a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento total de peças e componentes, e confecção de Laudos e ART/CREA-ES, nos Sistemas de Alarme de Detecção de Fumaça, Alarme de Incêndio e Sistema de Sprinklers, na Sede do DETRAN|ES,

localizada na Av. Fernando Ferrari, Nº 1080 – Torre Sul – Edifício América Centro Empresarial – Mata da Praia – Vitória/ES., será conforme planilha a seguir, observando-se como critério de aceitabilidade da proposta:

ATIVIDADE	VALOR MÁXIMO
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	R\$
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO TOTAL DE PEÇAS E COMPONENTES - MÃO DE OBRA	R\$
CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE LAUDOS E ART/CREA-ES	R\$
VALOR GLOBAL ESTIMADO – LOTE ÚNICO – Sede do DETRAN ES	R\$

- a) O preço global máximo estimado para o Lote Único da Sede do DETRAN|ES será determinado pela Coordenação de Licitações;
- b) O custo anual estimado para a contratação dos serviços de manutenção preventiva, será determinado pela Coordenação de Licitações;
- c) Os valores serão estimados com base nas cotações de empresas especializadas.
- d) A licitação será julgada pelo critério de menor preço global, sendo que a proposta vencedora deverá espelhar, em sua proposta comercial, caso o valor global ofertado pela licitante vencedora seja inferior ao valor global máximo admitido, DESCONTO LINEAR para todos os itens das planilhas de serviços e de materiais, com valores referenciais, constantes no Anexo I

7. DO LOTE ÚNICO

7.1. Da Unificação dos Lotes (Serviço de manutenção com fornecimento de peças):

7.1.1. A opção por unificar a contratação de serviços com fornecimento de peças, materiais e equipamentos em um mesmo Lote decorre da possibilidade de haver incompatibilidade de fornecimento dos materiais, com a respectiva execução dos serviços, além da dificuldade do controle e atraso no fornecimento.

7.1.2. Justificativa de agrupamento: Objeto indivisível. O não agrupamento causaria prejuízo para o conjunto, conforme Súmula 247-TCU/2007.

8. DA PARTICIPAÇÃO:

- 8.1. A empresa vencedora deste certame deverá atentar-se para o que preconiza o disposto no art. 9º Lei 8.666/93;
- 8.2. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio.

9. DA VISTORIA TÉCNICA

- 9.1. Poderá ser realizado (opcionalmente), pelas empresas participantes do processo licitatório, uma vistoria no local que faz parte deste contrato, não podendo alegar posteriormente, a licitante vencedora, o desconhecimento de algum fato inerente ao contrato, caso não julgue necessária a realização da Vistoria proposta.
- 9.2. A licitante deverá agendar com 03 (três) dias úteis de antecedência a data e o horário da vistoria opcional, desde que seja de segunda a sexta-feira entre 09:00h e 17:00h, via os telefones.
- 9.3. O DETRAN|ES se reserva no direito de não autorizar vistorias sem agendamento, caso o representante da licitante compareça em horário impróprio ou diverso daquele que fora anteriormente agendado.
- 9.4. Caberá a cada licitante a responsabilidade de levantar os quantitativos e volumes dos serviços especificados, no ato da vistoria, não podendo alegar, posteriormente, o desconhecimento de fatos que levem a licitante vencedora a solicitar aditivos contratuais, baseada em serviços não conhecidos quando da realização da visita às instalações da Sede do DETRAN|ES.
- 9.5. Será de responsabilidade da licitante vencedora os eventuais prejuízos decorrentes da sua opção pela não realização da vistoria tratada no item 9.1.

10. PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1. O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do Contrato no Diário Oficial e terá duração de **30 (trinta) meses**, por se tratar de serviço a ser executado de forma contínua.
- 10.2. A prorrogação poderá ser admitida nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93, mediante prévia justificativa e autorização da autoridade competente, devendo ser precedida, ainda, de manifestação da assessoria jurídica do Detran/ES.
- 10.3. Ocorrendo a hipótese prevista no inc. II do art. 57 da Lei 8666/93, a duração do contrato poderá sofrer prorrogação, limitada a 60 (sessenta) meses, desde que cumpridas as formalidades acima indicadas e demonstrado, nos autos, que a medida importará em obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

11. QUALIFICAÇÃO DOS PROPONENTES

11.1 Para fins de Qualificação Técnica, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Certidão de Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da empresa;
- b) Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica em nome da licitante, pessoa jurídica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste certame, notadamente, as relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo, ora definidas como os serviços abaixo especificados:

DISCRIMINAÇÃO

Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva nos Sistemas de Emergência de Detecção de Fumaça, Sistema de Alarme de Incêndio Endereçável Sky Fire e Sistema de Sprinklers, pelo período de mínimo de 1 (um) ano, em dimensão de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade de equipamentos previstos neste Termo de Referência.

- c) Certidão de Acervo Técnico (CAT), devidamente certificado(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o(s) responsável(eis) técnico(s) possui(em) capacidade técnico-profissional para executar serviços com características (tipologias) similares ou superiores ao do objeto deste certame, notadamente as relativas às parcelas de maior relevância e valor significativo, ora definidas como os serviços abaixo especificados:

DISCRIMINAÇÃO

Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva nos Sistemas de Emergência de Detecção de Fumaça, Sistema de Alarme de Incêndio Endereçável Sky Fire e Sistema de Sprinklers, pelo período de mínimo de 03 (três) meses, com no mínimo 200 (duzentos) equipamentos.

- d) Segundo a Lei Federal Nº 8.666/93, a empresa licitante deverá comprovar a qualificação técnica e aptidão para o desempenho da atividade com o objeto da licitação, não obstante às exigências previstas no referido dispositivo legal.
- e) Não serão aceitos atestados e/ou certidões de acervos parciais, referentes a obras ou serviços exigidos na qualificação técnica em andamento.

12. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

12.1. Os serviços serão prestados na Sede do DETRAN|ES, localizado na Avenida Fernando Ferrari, 1080, Torre Sul, do Edifício América Centro Empresarial – Bairro: Mata da Praia – Vitória – ES.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do:

Plano de Trabalho: 45.202.06.122.0800.2070;

Elemento de Despesa para Prestação de Serviços: 3.3.90.39.17.

14. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

14.1. A presente contratação reger-se-á pelas seguintes legislações no que couber:

- Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores;
- Lei n.º 10.520/02.

14.2. Informamos que o objeto do presente projeto encontra-se inserido na classificação de **bens e/ou serviços comuns**, em razão de suas características, quantidades e qualidades serem passíveis de especificações usuais no mercado, e não necessitem de avaliação minuciosa.

15. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

15.1.1 Será de responsabilidade da CONTRATADA a prestação dos serviços constante deste Termo de Referência, com obediência a todas as condições estabelecidas em lei, no Edital e no Contrato, bem como as oferecidas em sua proposta.

15.1.2. A CONTRATADA responsabiliza-se pelas despesas necessárias à execução dos serviços. Todo o pessoal utilizado na execução dos serviços deverá ser vinculado à CONTRATADA, responsável, única e exclusivamente, pelo pagamento de sua remuneração, assim como por todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários e recolhimento dos tributos e taxas incidentes, fiscais e comerciais resultantes da execução dos mesmos.

15.1.3. Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, processos, ações ou reclamações movidos por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

15.1.4. A CONTRATADA deverá tomar ciência das possíveis dificuldades na execução dos serviços, como paralizações solicitadas ou revisões no cronograma, uma vez que o local está sendo utilizado e as funções precípuas do DETRAN|ES sempre prevalecerão sobre os serviços contratados.

15.1.5. Constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

- a) concluir todos os serviços nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- b) realizar todos os serviços de acordo com as normas e recomendações técnicas pertinentes;
- c) programar seus trabalhos de forma a não prejudicar o andamento normal das atividades no âmbito do Detran/ES, inclusive com a execução de serviços em finais de semana, caso haja necessidade;
- d) fazer com que seus empregados se apresentem ao trabalho uniformizados, identificados através de crachás e munidos de todo material necessário à execução dos serviços, inclusive com os equipamentos de segurança individual, devendo substituir qualquer um deles que não atenda às normas do CONTRATANTE, em especial as de Controle de Acesso;
- e) Responsabilizar-se por quaisquer danos, a que der causa, ao patrimônio do CONTRATANTE ou de seus servidores e usuários;
- f) Comunicar ao CONTRATANTE qualquer modificação em seu endereço, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço informado durante o procedimento licitatório;
- g) Apresentar visto do CREA-ES, no caso de a CONTRATADA ter apresentado na licitação registro de CREA de outra jurisdição, de acordo com regulamentação do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (art. 69 da Lei nº 5.194/66 e inciso II do art. 1º da Resolução nº 413/97);
- h) Providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da emissão da primeira Ordem de Serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, e entregá-la à SGSEP, até a data de início dos serviços estabelecida na respectiva Ordem de Serviço, juntamente com o comprovante de pagamento da respectiva taxa;

- i) Caso haja acréscimo de quantitativo ou de prazo para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar o registro da ART, vinculada à original, proporcional ao respectivo quantitativo ou prazo. Cópia autenticada deste documento deverá ser entregue à Subgerência de Serviços Gerais e Patrimônio, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da via do Termo Aditivo correspondente, juntamente com o comprovante de pagamento da respectiva taxa;
- j) No caso de substituição do responsável técnico dos serviços, durante a execução do Contrato, a CONTRATADA providenciará a ART do novo responsável técnico, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da autorização de substituição pelo CONTRATANTE, a qual deverá estar vinculada à ART original. Cópia autenticada deste documento deverá ser entregue à SGSEP do CONTRATANTE, juntamente com o comprovante de pagamento da respectiva taxa;
- k) Apresentar o cadastro e o certificado emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo, informando estar habilitada para realização dos serviços constantes deste Termo de Referência;
- l) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, o objeto da licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço, se responsabilizando pelo perfeito funcionamento de todos os sistemas listados no contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da notificação para sua correção.
- l.1) a SGSEP poderá convocar o representante legal da CONTRATADA para realização de reuniões presenciais, registradas em ata, onde poderão ser acordadas datas específicas para execução de determinados serviços, sendo a CONTRATADA submetida a cumprir tais prazos;
- m) responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços por seus empregados, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras que eventualmente sejam criadas ou exigidas legalmente;
- n) fornecer os equipamentos, os materiais, a mão de obra, o transporte e tudo o mais que for necessário para a execução dos serviços;
- o) obedecer às regras de segurança existentes no DETRAN|ES para a entrada ou saída de empregados e materiais;
- p) providenciar, por conta própria, toda sinalização necessária à execução dos serviços, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;
- q) remover todos os materiais que sobram, promovendo a limpeza do local dos serviços, durante todo o período de execução, dando destinação em conformidade com as exigências legais;
- r) informar a SGSEP, antes do início dos trabalhos, a relação nominal do pessoal responsável pela execução dos serviços;
- s) comunicar à SGSEP qualquer anormalidade constatada, em relação à prestação de serviços e prestar os esclarecimentos solicitados;
- t) manter, durante o período de contratação o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitação;
- u) executar os serviços de manutenção preventiva mensalmente, em dia previamente combinado com o gestor do contrato, constando de revisão geral, limpeza, ajuste e lubrificação de equipamentos, fixação e troca de parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação e fusíveis, inspeção de vazamentos de água e ar e ajuste de seringas tríplice, regulagem de canetas e micromotores e aferição de fotopolimerizadores com radiômetro, independentemente de manutenções corretivas que venham a ocorrer no mesmo período;

- v) arcar com as despesas de transporte e deslocamento dos equipamentos e seus componentes.
- w) fornecer, sempre que solicitado pelo contratante, esclarecimentos e informações técnicas sobre o objeto licitado.
- x) por ocasião da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a relação de técnicos habilitados, constantes de seu quadro permanente, para a execução dos serviços, apresentando nesta ocasião a comprovação de sua habilitação;
- x.1) caso o(s) técnicos designado(s) para realizar os serviços de manutenção preventiva ou corretiva não sejam quaisquer daqueles indicados na relação supracitada, a CONTRATADA deverá, antes de iniciar a execução do serviço, apresentar a comprovação de habilitação para o exercício da atividade;
- y) não empregar menores de 18 anos em qualquer trabalho;
- z) Não contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao DETRAN|ES, devendo na ocorrência de qualquer uma das hipóteses descritas, comunicar, de imediato e por escrito, ao Gestor do Contrato e a SGSEP.
- aa) Para o desenvolvimento das atividades definidas neste edital, a contratada deverá possuir instalações na região da Grande Vitória – ES (podendo ser a sede ou filial), justificado para facilitar a fiscalização por parte da CONTRATANTE diminuindo assim os custos com deslocamento para reuniões, visando uma melhor e mais rápida comunicação das partes e também uma maior agilidade na solução dos possíveis problemas administrativos, técnicos, operacionais e comerciais.

15.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento do objeto deste Termo de Referência;
- b) prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- c) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços e com o fornecimento das peças e dos equipamentos, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados;
- d) sustar qualquer fornecimento que esteja em desacordo com o especificado;
- e) exercer a mais ampla, irrestrita, permanente e completa fiscalização, diretamente ou por outros prepostos designados, não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos produtos especificados;
- f) notificar por escrito a CONTRATADA acerca das imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto licitado, para que sejam adotadas as medidas cabíveis;
- g) efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital, no Termo de Referência e no Contrato;
- h) cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e no Contrato.

16. DO PRAZO DE GARANTIA

16.1. A CONTRATADA dará garantia total, pelo prazo mínimo de 12 (Doze) meses sobre as peças fornecidas e os serviços executados.

17. DO PAGAMENTO

17.1. DO DOCUMENTO DE COBRANÇA

17.1.1. Para efeitos de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar documento de cobrança constando de forma discriminada a efetiva realização do objeto contratado, da seguinte forma, em documentos distintos:

- a) Para os serviços de manutenção preventiva e corretiva para o mês de referência, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado;
- b) Para o fornecimento de peças e de equipamentos, se houver, discriminando cada item fornecido, especificação, preços unitários e preços totais, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

17.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar em conjunto com o documento de cobrança, a seguinte documentação:

- a) Declaração da Empresa optante do SIMPLES (se couber), original e assinada pelo representante legal;
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou Sede da Licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros - CND;
- f) Certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS/CRF.

17.1.3. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela contratada, no DETRAN|ES, para o Gestor do Contrato ou para o Setor SEOC, localizado na Avenida Fernando Ferrari, 1080, Torre Sul, do Edifício América Centro Empresarial – Bairro: Mata da Praia – Vitória – ES – CEP. 29.066-.

17.1.4. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Edital e no Termo de Referência ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

17.1.5. Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do seu recebimento, o gestor da contratação deverá encaminhá-lo para pagamento.

17.2. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.2.1. Após a apresentação da Nota Fiscal de prestação de serviços e/ou de fornecimento de peças e de componentes, correspondente ao mês de faturamento, a CONTRATANTE terá até o 15^o (décimo quinto) dia útil, para pagar à CONTRATADA, mediante crédito em conta corrente. Desde que os documentos de cobrança estejam devidamente atestados, garantindo o cumprimento da perfeita realização dos serviços e da prévia verificação da regularidade fiscal da CONTRATADA, sendo vedado a antecipação desse pagamento.

17.2.2. O valor do pagamento para os Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva nos, Sistemas de Emergência de Detecção de Fumaça, Sistema de Alarme de Incêndio Endereçável Sky Fire e Sistema de Sprinklers será aquele apresentado nos documentos de cobrança descontadas as glosas, se houver, e desde que sejam apresentadas as Ordens de Serviço, devidamente assinadas e identificadas, por um servidor da SGSEP - DETRAN|ES.

17.2.3. O valor do pagamento para o Fornecimento, por demanda, de peças e componentes necessários à manutenção dos Sistemas de Emergência de Detecção de Fumaça, Sistema de Alarme de Incêndio Endereçável Sky Fire e Sistema de Sprinklers será aquele apresentado nos documentos de cobrança, discriminando cada item fornecido, especificação, preços unitários e preços totais, sendo que sua instalação deverá ser comprovada, via Ordem de Serviço, devidamente assinadas e identificadas, por um servidor da SGSEP - DETRAN|ES.

17.2.4. Caso a CONTRATANTE, ultrapasse o prazo descrito no Item 16.2.1, para providenciar o pagamento da CONTRATADA, essa poderá solicitar, caso não haja algum impedimento legal em virtude de algum Decreto Estadual, solicitar a aplicação de multa financeira sobre o valor do pagamento, nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M = Valor da Multa - Financeira

V.F = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso

N.D = Número de dias em atraso

Incumbirão à CONTRATADA a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela CONTRATANTE, juntando-se o cálculo da fatura;

A liquidação das despesas obedecerá ao estabelecido na Lei n.º 4.320/64, assim como na Lei Estadual n.º 2.583/71 e alterações posteriores.

17.2.5. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal, ou na Documentação de Pagamento, a mesma será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela CONTRATANTE;

17.2.6. Antes do pagamento, a Administração realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da empresa, sendo que se constatado, a situação de irregularidade da CONTRATADA, junto aos órgãos de controle, proceder-se-á sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, ficando seu pagamento suspenso;

a) O prazo descrito anteriormente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração do DETRAN|ES.

17.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração do DETRAN|ES comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

18. DAS PENALIDADES

18.1. O descumprimento total ou parcial das condições estabelecidas neste instrumento poderá acarretar a rescisão contratual, nos termos dos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se as penalidades estabelecidas nos artigos 86 a 88 da mesma Lei.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A empresa contratada deverá fornecer toda a mão de obra, ferramentas, instrumentos, peças, materiais e equipamentos indispensáveis à boa execução dos serviços, efetuando os ajustes e reparos necessários, de forma manter as condições normais de funcionamento dos equipamentos.

19.2. A proposta também deverá incluir todos os encargos sociais, obrigações trabalhistas, fiscais, tributárias, impostos e demais despesas diretas e indiretas inerentes à boa execução dos serviços;

19.3. A CONTRATADA assumirá os serviços no estado em que se encontram os equipamentos, sem ônus adicional para o DETRAN|ES, ou seja, deverá providenciar a correção de todos os possíveis defeitos existentes, bem como substituir todas as peças defeituosas (custo das peças por conta da CONTRATANTE) que alterem o rendimento do sistema ou ponham em risco o correto funcionamento do mesmo de acordo com o fabricante;

19.4. Todos os serviços de dispostos nesse termo de referência serão realizados de acordo com Normas Brasileiras Regulamentadoras pertinentes em vigor, que a CONTRATADA declara conhecer, inclusive de segurança, utilizando sinalização de advertência para o local em manutenção que possa causar risco às pessoas ao redor;

19.5. Para cada equipamento, a que se refere este Termo de referência, a manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, que estará sob responsabilidade da CONTRATADA, além de compreender todos os equipamentos descritos, incluirá:

19.5.1. Suportes e fixadores;

19.5.2. Tubulação;

19.5.3. Interligação elétrica de comando;

19.5.4. Alimentação elétrica;

19.6. As características e especificações dos serviços de manutenção preventiva e corretiva estão dispostas no **ANEXO I**.

19.7. As relações das peças inclusas no contrato estão listadas no Item 2 do **ANEXO I**.

19.8. Toda a mão de obra e materiais de consumo necessários à prestação dos serviços, bem como o transporte, quando se fizer necessário, ficará integralmente a cargo da empresa CONTRATADA, incluindo, transportes dos resíduos e de materiais, além de outros serviços e despesas necessários e suficientes;

19.9. Somente após autorização do Gestor/Fiscal, será permitida a retirada de equipamento do local da sua instalação, seja para serviços de manutenção preventiva anual ou manutenção corretiva. Sendo que o equipamento deverá ser recolocado no mesmo local, salvo alteração prévia, aprovada pela gestão/fiscalização, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados do 1º (primeiro) dia útil após a retirada.

19.10. O gestor do contrato poderá convocar o preposto da CONTRATADA para realização de reuniões presenciais, devidamente agendadas e com seu registro em ata. O preposto deverá comparecer para as reuniões presenciais em conforme horário agendo em sua convocação. Nas reuniões poderão ser fixadas datas específicas para execução dos serviços, sendo a CONTRATADA submetida a cumprir os prazos e serviços estipulados pelo Gestor, desde que observados os prazos estipulados em contrato.

20. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

O recebimento dos serviços será efetivado nos seguintes termos:

- Definitivamente, pelo servidor designado pelo setor SGSEP após a manutenção preventiva e ou corretiva do Sistema de Incêndio atestando que o mesmo apresenta perfeitas condições de uso;
- No caso de eventuais falhas ou irregularidades verificadas nos materiais ou serviços, será solicitada a substituição destes por outros novos, ou correção, no prazo máximo estipulado pelo termo de garantia, contados a partir da solicitação.

21. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Marcos Aurélio Silva Camargo

Assistente de Trânsito – SGSEP

DETRAN|ES

Lenir Vieira

Subgerente – SGSEP

DETRAN|ES

ANEXO I – (DO TR)

MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS SISTEMAS DE EMERGENCIA DE DETECÇÃO DE FUMAÇA, SISTEMA DE ALARME DE INCENDIO ENDEREÇÁVEL SKY FIRE E SISTEMA DE SPRINKLERS NA SEDE DO DETRAN|ES – LOTE ÚNICO

1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E FORNECIMENTO DE LAUDO E ART'S

ITEM	UNID.	QTDE	DESCRIÇÃO	VLR. MÁX. MENSAL	VLR. MÁX. TOTAL
1	SERVIÇO MENSAL	30	<p>Serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL nos Sistemas de Emergência de Detecção de Fumaça, Sistema de Alarme de Incêndio Endereçável Sky Fire e Sistema de Sprinklers na Sede do DETRAN ES.</p> <p>Observação 1: Deverá ser elaborado cronograma pela Empresa e aprovado pelo DETRAN ES, devendo prever a manutenção preventiva em todos os equipamentos instalados em no máximo 30 (trinta) dias corridos após assinatura do Contrato.</p> <p>Observação 2: No valor dos serviços de Manutenção Preventiva Mensal, deverão estar inclusos os custos de todas as despesas inerentes a execução das atividades, caso necessário.</p>		

ITEM	UNID.	QTDE.	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL*
2		15	Serviço de MANUTENÇÃO CORRETIVA com fornecimento total de peças com mão de obra inclusa, nos Sistemas de Emergência de Detecção de Fumaça, Sistema de Alarme de Incêndio Endereçável Sky Fire e Sistema de Sprinklers na Sede do DETRAN ES.	

*Valor referente a soma dos valores totais de “PEÇA” e de “MÃO DE OBRA” descritos no item “RELAÇÃO ESTIMADA DE PEÇAS PARA SUBSTITUIÇÃO E SERVIÇOS NÃO INCLUSOS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS SISTEMAS DE EMERGENCIA DE DETECÇÃO DE FUMAÇA, SISTEMA DE ALARME DE INCENDIO ENDEREÇÁVEL SKY FIRE E SISTEMA DE SPRINKLERS NA SEDE DO DETRAN|ES – LOTE ÚNICO”

ITEM	UNID.	QTDE.	DESCRIÇÃO	VALOR
3	SERVIÇO ANUAL	10	Confecção e fornecimento de Laudos e ART's Anuais para Renovação do Alvará o Corpo de Bombeiros dos Sistemas de Emergência de	

			Detecção de Fumaça, Sistema de Alarme de Incêndio Endereçável Sky Fire e Sistema de Sprinklers na Sede do DETRAN ES.	
--	--	--	--	--

2. RELAÇÃO ESTIMADA DE PEÇAS PARA SUBSTITUIÇÃO E SERVIÇOS NÃO INCLUSOS NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS SISTEMAS DE EMERGENCIA DE DETECÇÃO DE FUMAÇA, SISTEMA DE ALARME DE INCENDIO ENDEREÇÁVEL SKY FIRE E SISTEMA DE SPRINKLERS NA SEDE DO DETRAN|ES – LOTE ÚNICO

Item	Unid	Descrição do Item	Quant. Estimada	VLR. MÁXIMO PEÇA (R\$)		VLR. MÁXIMO MÃO DE OBRA(R\$)	
				Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1		DETECTOR ÓPTICO DE FUMAÇA - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	150				
2		ACIONADOR MANUAL - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	15				
3		SIRENE AUDIOVISUAL - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	15				
4		CENTRAL DE ALARME ENDEREÇAVEL SKY FIRE - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	2				
5		BATERIA - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	6				
6		LUMINÁRIAS DE EMERGÊNCIA - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	60				
7		CHUVEIROS AUTOMÁTICOS (SPRINKLERS) - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	250				
8		SISTEMA NOVEC (KIDDE FIRE SYSTEM) - FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO	2				
SUBTOTAL				PEÇAS		MÃO-DE-OBRA	
				R\$		R\$	
VALOR TOTAL MÁXIMO DA MANUTENÇÃO CORRETIVA – LOTE ÚNICO				R\$			

3. VALOR GLOBAL ESTIMADO

VALOR TOTAL DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL	
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA	
VALOR TOTAL DO SERVIÇO DE CONFECÇÃO E FORNECIMENTO DE LAUDOS E ART'S ANUAIS	
VALOR GLOBAL ESTIMADO – LOTE ÚNICO	

ANEXO II – (DO TR)

EDIFÍCIO AMERICA TORRE SUL - SEDE DETRAN/ES – 2º pavto.	
EQUIPAMENTO	QUANTITATIVO
Detector óptico de fumaça	23
Acionador manual (quadrado vermelho)	03
Acionador sonoro tipo sirene	03
Central de alarme de Incendio Sky fire	01
Bateria	
Luminárias de emergência	06
Chuveiros automáticos (Sprinklers)	60
Sistema Novec (Kidde Fire System)	02

EDIFÍCIO AMERICA TORRE SUL - SEDE DETRAN/ES – 3º Pavto.	
EQUIPAMENTO	QUANTITATIVO
Detector óptico de fumaça	26
Acionador manual (quadrado vermelho)	03
Acionador sonoro tipo sirene	03
Luminárias de emergência	13
Chuveiros automáticos (Sprinklers)	64

EDIFÍCIO AMERICA TORRE SUL - SEDE DETRAN/ES – 4º Pavto.	
EQUIPAMENTO	QUANTITATIVO
Detector óptico de fumaça	25
Acionador manual (quadrado vermelho)	03
Acionador sonoro tipo sirene	03
Luminárias de emergência	08
Chuveiros automáticos (Sprinklers)	51

EDIFÍCIO AMERICA TORRE SUL - SEDE DETRAN/ES – 5º Pavto.	
EQUIPAMENTO	QUANTITATIVO
Detector óptico de fumaça	26
Acionador manual (quadrado vermelho)	03
Acionador sonoro tipo sirene	03
Luminárias de emergência	11
Chuveiros automáticos (Sprinklers)	51

EDIFÍCIO AMERICA TORRE SUL - SEDE DETRAN/ES – 6º Pavto.	
EQUIPAMENTO	QUANTITATIVO
Detector óptico de fumaça	25
Acionador manual (quadrado vermelho)	03

Acionador sonoro tipo sirene	03
Luminárias de emergência	11
Chuveiros automáticos (Sprinklers)	57

EDIFÍCIO AMERICA TORRE SUL - SEDE DETRAN/ES – 7º Pavto.	
EQUIPAMENTO	QUANTITATIVO
Detector óptico de fumaça	22
Acionador manual (quadrado vermelho)	03
Acionador sonoro tipo sirene	03
Luminárias de emergência	11
Chuveiros automáticos (Sprinklers)	48

EDIFÍCIO AMERICA TORRE SUL - SEDE DETRAN/ES – 8º Pavto.	
EQUIPAMENTO	QUANTITATIVO
Detector óptico de fumaça	16
Acionador manual (quadrado vermelho)	01
Acionador sonoro tipo sirene	01
Luminárias de emergência	07
Chuveiros automáticos (Sprinklers)	35

OBSERVAÇÃO: Durante a vigência do contrato os equipamentos supracitados poderão ser substituídos ou remanejados.

ANEXO II – MODELOS DO EDITAL

ANEXO II.A - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

___ de ___ de ___.

PREGÃO Nº ___/___

Empresa: (_____ Nome da Empresa _____)

À (Nome do Órgão)

Prezados Senhores,

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário de cada item e do preço global.

1.2 - Documentos exigidos para Habilitação (conforme Anexo III do Edital).

1.3 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento da mesma.

3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação pela execução dos serviços.

4 - Indicação da modalidade de garantia do contrato, conforme art. 56 da Lei 8.666/1993.

Atenciosamente,

Identificação e assinatura

**ANEXO II.B – DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO
CONTRATUAL**

NOME:

NÚMERO DE IDENTIDADE:

ÓRGÃO EMISSOR:

CPF:

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:

Vitória, ____ de _____ de _____.

Assinatura e Carimbo

ANEXO II.C – MODELO DE DECLARAÇÃO DO ART. 7º, XXXIII, DA CF

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Vitória, ____ de _____ de _____.

Licitante interessado

ANEXO III – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se no certame, após a fase de disputa, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

1 - DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por servidor da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

1.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

1.1.3 - Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de documentação que identifique a Diretoria em exercício;

1.1.4 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.2 - DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

1.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta expedida pela RFB/PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

1.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).

1.2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

1.2.5 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

1.2.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

1.2.6.1 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

1.2.6.2 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

1.2.6.2.1 - A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;

1.2.6.2.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

1.2.6.2.3 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;

1.2.6.2.4 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal e trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão;

1.2.6.2.5 - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista;

1.2.6.2.6 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

1.2.6.2.7 - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.3 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.3.1 - Qualificação técnico-operacional:

1.3.1.1 - Registro ou inscrição do licitante junto ao Conselho Regional da categoria profissional correspondente (CREA) da região da sede da empresa ou junto ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais ou seu respectivo Conselho Regional, da região da sede da empresa, caso já esteja em operação.

1.3.1.2 - Comprovação de que o licitante executou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância e valor significativo e os quantitativos mínimos a seguir definidos:

1.3.1.2.1 - A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a identificação do declarante e de sua habilitação perante o Sistema CONFEA/CREA ou CFT/CRT.

1.3.1.2.2 - A ausência de habilitação do declarante poderá ser suprida pela apresentação da Certidão de Acervo Técnico - CAT referente ao Atestado expedida pelo Conselho profissional competente.

Considera-se parcela de maior relevância e valor significativo: Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva nos Sistemas de Emergência de Detecção de Fumaça, Sistema de Alarme de Incêndio Endereçável Sky Fire e Sistema de Sprinklers, pelo período de mínimo de 1 (um) ano, em dimensão de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade de equipamentos previstos no Termo de Referência.

1.3.1.2.3 - Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.3.1.3 - Deverão constar do(s) atestado(s) de capacidade técnica os seguintes dados: nome do CONTRATANTE e do contratado, data de início e término dos serviços; local de execução; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados; e informação sobre o bom desempenho dos serviços.

1.3.1.4 - Não serão aceitos atestados e/ou certidões de acervos parciais, referentes a obras ou serviços exigidos na qualificação técnica em andamento.

1.3.2 - **Qualificação técnico-profissional:**

1.3.2.1 - Registro ou inscrição dos responsáveis técnicos no Conselho Regional da categoria profissional correspondente (CREA ou CAU) da região da sede da empresa ou junto ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais ou seu respectivo Conselho Regional, da região da sede da empresa, caso já esteja em operação.

1.3.2.2 - Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente profissional devidamente reconhecido pelo CREA ou pelo CFT/CRT, de nível superior ou técnico, e que seja detentor de no mínimo 1 (uma) Certidão de Acervo Técnico por execução de serviços de características semelhantes ao objeto da presente licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância a seguir definidas: Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva nos Sistemas de Emergência de Detecção de Fumaça, Sistema de Alarme de Incêndio Endereçável Sky Fire e Sistema de Sprinklers, pelo período de mínimo de 03 (três) meses, com no mínimo 200 (duzentos) equipamentos.

1.3.2.3 - A comprovação de que o profissional detentor dos atestados de capacidade técnica integra o quadro permanente da empresa licitante dar-se-á por cópias de:

1.3.2.3.1 - Anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, acompanhada da Ficha de Registro de Empregados.

1.3.2.3.2 - Contrato social ou Ata da Assembleia referente à investidura no cargo, no caso de sócio ou dirigente da empresa licitante.

1.3.2.3.3 - Contrato de prestação de serviços ou de promessa de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

1.3.2.4 - No caso do item 1.3.2.3.3 -, deverão ser anexados os contratos e declarações individuais, por escrito, dos profissionais apresentados, autorizando sua inclusão na equipe técnica e confirmando a sua futura participação na execução dos trabalhos.

1.3.2.5 - Os profissionais indicados pela licitante para comprovação da capacidade técnica-profissional deverão participar da execução dos trabalhos, admitindo-se a sua substituição por outros de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

1.3.3 - Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

1.3.4 - Declaração de Conhecimento de Informações e de Condições Locais, na forma do Anexo V deste Edital.

1.4 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.4.1 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

1.4.1.1 - No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.

1.4.1.2 - Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.

1.4.1.3 - No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Contábeis, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema.

1.4.1.4 - Consideram-se “já exigíveis” as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação, quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio (art. 1.078, I, do Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais estabelecido por atos normativos que disciplinam o citado SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2016, ambos do Plenário).

1.4.1.5 - Empresa que, de acordo com a legislação, não tenha apurado as demonstrações contábeis referentes ao seu primeiro exercício social, deverá apresentar balanço de abertura, levantado na data de sua constituição, conforme os requisitos de legislação societária e comercial.

1.4.2 - Para ser habilitado o Licitante deverá alcançar o Índice de Liquidez Geral - ILG, o Índice de Solvência Geral – ISG e o Índice de Liquidez Corrente – ILC igual ou maior do que 1,00 (um), apurados a partir dos dados expressos no Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, pelas fórmulas seguintes:

$$ILG = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC) + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (RLP)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO TOTAL (AT)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC)}$$

1.4.2.1 - As memórias de cálculo de cada índice devem ser anexadas pelo licitante à documentação relativa à qualificação econômico-financeira.

1.4.2.2 - Os licitantes que apresentarem resultado menor do que 1,00 (um) em qualquer dos índices referidos serão considerados habilitados se, conjuntamente com os documentos de habilitação, comprovarem patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) ou prestarem garantia equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, considerado o período de doze meses.

1.4.3 - Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observada a data de validade definida no instrumento.

1.4.3.1 - No caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão deverá apresentar data de emissão de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.

1.4.3.2 - Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada, por meio da documentação apropriada, a sentença homologatória do plano de recuperação judicial, além do cumprimento dos demais requisitos de habilitação constantes neste Edital

1.5 - DA DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII, ART. 7º, DA CF/88

1.5.1 - Declaração de que inexistem, no quadro funcional da empresa, menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de dezesseis anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (Lei 9.854/1999), conforme modelo constante no Anexo II do Edital.

2 - DAS REGRAS RELATIVAS AO CRC/ES

2.1 - Os licitantes que desejarem se cadastrar perante o Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo (CRC/ES) deverão seguir as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual 2.394-R/2009 e demais normas complementares.

2.2 - Os licitantes cadastrados no CRC/ES poderão deixar de apresentar a documentação exigida nos itens 1.1 e 1.2.

2.3 - Somente serão dispensados os documentos exigidos no item 1.2, que se encontrarem dentro do prazo de sua validade.

2.4 - Caso algum documento apresentado junto ao CRC/ES já esteja vencido, esse deverá ser apresentado junto ao Pregoeiro para fins de comprovar sua regularidade habilitatória.

2.5 - O CRC/ES não exige os interessados de apresentar a documentação relativa à qualificação técnica (item 1.3) exigida, salvo se previamente encaminhada ao Núcleo de Cadastro e devidamente cadastrada.

2.6 - Em todo o caso, fica o licitante - cadastrado ou habilitado parcialmente - obrigado a declarar, sob as penalidades legais, a eventual ocorrência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

2.7 - Declarando o licitante que possui cadastro no CRC/ES, competirá ao Pregoeiro verificar a veracidade da afirmação por meio de consulta ao referido Sistema, devendo ser juntados aos autos os comprovantes da consulta.

3 - DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS

3.1 - Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverão apresentar ainda os seguintes documentos.

3.2 - Licitantes optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar 123/2006:

3.2.1 - Comprovante de opção pelo Simples obtido no site do Ministério da Fazenda, (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Aplicacoes/ATBHE/ConsultaOptantes.app/ConsultarOpc ao.aspx>) ou do site do SINTEGRA (<http://www.sintegra.gov.br>), desde que o comprovante de fato ateste a opção pelo Simples.

3.2.2 - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006.

3.3 - Licitantes não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

3.3.1 - Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da LC 123/06;

3.3.2 - Cópia da Declaração de Informação Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

3.3.3 - Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

3.3.4 - Cópia do contrato social e suas alterações; e

3.3.5 - Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da LC 123/06.

3.4 - Os documentos aos quais se refere este item somente deverão ser apresentados após a convocação para assinar o contrato, ainda que as microempresas, e pequenas empresas ou equiparadas não optantes pelo Sistema Simples Nacional de Tributação possuam habilitação parcial no CRC/ES.

3.5 - O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado do Espírito Santo, e será descredenciado do CRC/ES, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no art. 93 da Lei 8.666/1993, quando for o caso.

3.6 - Em caso de empresário ou sociedade empresária submetida ao registro obrigatório na Junta Comercial, fica dispensada a apresentação da cópia do contrato social e suas alterações, desde que seja apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial da qual conste o enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, expedida em prazo não superior a 15 dias da data marcada para a abertura das propostas.

3.7 - A licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional que porventura venha a ser CONTRATADA deverá atender ao que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II e § 1º e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, comunicando à Receita Federal, sendo o caso, no prazo legal, sua exclusão do Simples Nacional, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas e retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor.

ANEXO IV – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____/____

Pregão nº ____/____

Processo nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - DETRAN-ES E A EMPRESA PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO TOTAL DE PEÇAS E COMPONENTES, E CONFECÇÃO DE LAUDOS E ART/CREA-ES, NOS SISTEMAS DE ALARME DE DETECÇÃO DE FUMAÇA, ALARME DE INCENDIO E SISTEMA DE SPRINKLERS, NA SEDE DO DETRAN|ES – LOTE ÚNICO.

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, adiante denominada CONTRATANTE, autarquia da administração indireta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ sob o nº 28.162.105/0001-66, com sede na Avenida Fernando Ferrari, nº 1.080, Torre Sul, América Centro Empresarial, Mata da Praia, Vitória/ES, CEP: 29.066-380 representado legalmente por seu Diretor Administrativo, Financeiro e de Recursos Humanos, o Sr. HARLEN DA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF nº 078.849.427-98, RG nº 1.382.435 - SPTC/ES, residente e domiciliado no Município de Vila Velha/ES, de acordo com o Decreto de Nomeação Nº 016-S, de 05/01/2021 e a delegação de competência contida na Instrução de Serviço N Nº 113 de 03 de agosto de 2020, publicada no DIO/ES em 05 de agosto de 2020, publicada no DOE/ES em 03/11/2011 e a Empresa _____, doravante denominada CONTRATADA, com sede _____(endereço completo)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ neste ato representada pelo _____(condição jurídica do representante)_____ Sr. _____(nome, nacionalidade, estado civil, profissão)_____ ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO TOTAL DE PEÇAS E COMPONENTES, E CONFECÇÃO DE LAUDOS E ART/CREA-ES, NOS SISTEMAS DE ALARME DE DETECÇÃO DE FUMAÇA, ALARME DE INCENDIO E SISTEMA DE SPRINKLERS, NA SEDE DO DETRAN|ES – LOTE ÚNICO, nos termos da Lei 8.666/1993, de acordo com os termos do processo acima mencionado, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento total de peças e componentes, e confecção de laudos e ART/CREA-ES, nos sistemas de alarme de detecção de fumaça, alarme de incêndio e sistema de sprinklers, na sede do DETRAN|ES – lote único, conforme discriminado no Anexo I deste Contrato.

1.2 - Integram este Contrato, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) o Edital e todos os seus Anexos;
- (b) a Proposta Comercial da CONTRATADA.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob a modalidade empreitada por preço global para os Serviços de Manutenção Preventiva e a modalidade de empreitada por preço unitário, para os Serviços de Manutenção Corretiva, com fornecimento total de peças e componentes, nos termos do art. 10, II, ____ ("a" ou "b") da Lei 8.666/93.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO, DA REVISÃO E DO REAJUSTE

3.1 - Pelo serviço contratado, a CONTRATADA, receberá mensalmente, a importância de R\$ _____ (valor por extenso), e nele deverão estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material (inclusive as peças necessárias para a manutenção preventiva), mão-de-obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à execução do objeto contratual.

3.2 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão adotados os critérios de revisão ou reajustamento, conforme o caso, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.3 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.3.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.3.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.

3.3.3 - Não será concedida a revisão quando:

- (a) ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- (b) o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do contrato;
- (c) ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- (d) a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

(e) houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

3.3.4 - A revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência – SECONT e Assessoria Jurídica do Detran-ES.

3.4 - O reajuste será adotado, obrigatoriamente, como forma de compensação dos efeitos das variações inflacionárias, desde que decorrido 12 (doze) meses, a contar da data limite para apresentação da proposta ou da data do último reajustamento, de acordo com a Lei 10.192/2001.

3.4.1 - O reajuste do preço contratado levará em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

3.4.2 - Compete à CONTRATADA a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pelo CONTRATANTE, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado.

3.4.3 - O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93, dispensada a análise prévia pela Assessoria Jurídica do Detran-ES.

3.5 - A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, implicarão a revisão de preços para mais ou para menos, adotando-se como índice de correção a alíquota prevista na lei respectiva.

3.6 - As revisões e reajustes a que o contratado fizer jus mas que não forem requeridas formalmente durante a vigência deste Contrato serão consideradas renunciadas com a assinatura da prorrogação contratual com base no art. 57, II, da Lei 8.666/93, ou com o encerramento do Contrato.

3.7 - No caso de prorrogação deste Contrato sem expressa ressalva no respectivo Termo Aditivo do direito da CONTRATADA ao recebimento da importância devida à título de reajuste ou revisão, em qualquer de suas hipóteses, relativa a período anterior a sua assinatura, caracterizará renúncia irretratável a esse direito.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo serviço efetivamente prestado no mês de referência, vedada a antecipação, na forma abaixo:

4.1.1 - Caberá a CONTRATADA no 1º dia útil após a conclusão da parcela comunicar por escrito a CONTRATANTE tal fato, devendo a Administração receber o objeto na forma do presente contrato.

4.1.2 - Após recebimento definitivo do objeto, na forma deste Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar a fatura, em no máximo 02 (dois) dias úteis.

4.1.3 - A fatura será paga até o 15º (décimo quinto) dia útil após a sua apresentação.

4.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

4.3 - Incumbirão à CONTRATADA a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela CONTRATANTE, juntando-se à respectiva discriminação dos serviços efetuados, o memorial de cálculo da fatura.

4.4 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente o, estabelecido na Lei 4.320/64, assim como na Lei Estadual 2.583/71 e alterações posteriores.

4.5 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela CONTRATANTE.

4.6 - Na hipótese da indisponibilidade temporária do índice, a CONTRATADA emitirá a fatura considerando o índice de reajuste utilizado no mês anterior ao de referência, ficando a diferença para emissão “a posteriori”, quando da disponibilidade do índice definitivo, para acerto na fatura seguinte, sem reajustes.

4.7 - Antes do pagamento, a Administração realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da empresa, sendo que constate, a situação de irregularidade da CONTRATADA, junto aos órgãos de controle, proceder-se-á sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, ficando seu pagamento suspenso;

4.8 - O prazo descrito anteriormente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração do DETRAN|ES.

4.9 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração do DETRAN|ES comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 - O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e terá duração de 30 (trinta) meses.

5.2 - A prorrogação poderá ser admitida nos termos do art. 57 da Lei 8.666/1993, mediante prévia justificativa e autorização da autoridade competente, devendo ser precedida, ainda, de manifestação da Assessoria Jurídica do Detran-ES.

5.3 - Ocorrendo a hipótese prevista no inc. II do art. 57 da Lei 8666/1993, a duração do contrato poderá sofrer prorrogação por sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses, desde que cumpridas as formalidades acima indicadas e demonstrado, nos autos, que a medida importará em obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão na atividade 10.45.06.202.06.122.0036.2070, Elemento Despesa 3.3.90.30.25 e 3.3.90.39.17, do orçamento do DETRAN-ES para o exercício de 2021.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.1 - A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual no valor de R\$ ____ (_____), na modalidade de _____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis do início de sua vigência.

7.2 - Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no contrato e na regulamentação vigente, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento de:

7.2.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

7.2.2 - Prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.2.3 - Multas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

7.2.4 - Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas, quando couber.

7.3 - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

7.4 - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, nas mesmas condições e parâmetros da contratação, evitando-se a interrupção da continuidade da cobertura pela garantia.

7.5 - Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.6 - A inobservância do prazo fixado para apresentação ou renovação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

7.6.1 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

7.6.2 - A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

7.7 - Será considerada extinta e liberada a garantia:

7.7.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE de que a CONTRATADA cumpriu todas as obrigações contratuais;

7.7.2 - No prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 - Compete à CONTRATADA:

(a) Executar o serviço ajustado nos termos da Cláusula 1ª, por intermédio exclusivo de seus empregados; com obediência a todas as condições estabelecidas em lei, no Edital e no Contrato, bem como as oferecidas em sua proposta.

(b) Utilizar, na execução do serviço contratado, pessoal que atenda, dentre outros, aos seguintes requisitos:

(b.1) qualificação para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;

(b.2) bons princípios de urbanidade;

(b.3) pertencer ao seu quadro de empregados;

(c) Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente Contrato, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão;

(d) Se responsabilizar pelo perfeito funcionamento do(s) equipamento(s), objeto do contrato, inclusive nas eventuais trocas de peças que apresentarem defeitos;

(e) Observar, após a comunicação feita pela CONTRATANTE, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para sanar o defeito no local dos serviços;

(f) Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

“(g) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.

(g) Visando ao regular cumprimento do contrato firmado com a Administração Pública, o CONTRATADO, nos termos do Decreto Estadual nº 4.251-R/2018, se obriga a efetivar a contratação de mão-de-obra necessária à execução da obra ou serviço advinda do sistema penitenciário estadual, no percentual de 6% (seis por cento) da mão-de-obra total para a execução do objeto contratual, nos termos do art. 36 da Lei 7.210/1984.

h.1) Para tanto, deverá o CONTRATADO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, formular pedido por escrito ao CONTRATANTE, onde especificará a quantidade e os serviços que serão prestados pelos trabalhadores a serem contratados.

h.2) No prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do requerimento formulado pelo CONTRATADO, onde especificará a quantidade e os serviços que serão prestados pelos trabalhadores a serem contratados, o CONTRATANTE se obriga a apresentar a relação dos trabalhadores aptos à contratação.

h.3) Visando ao cumprimento da obrigação acima mencionada, o CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, contados do requerimento formulado pelo CONTRATADO, solicitará à SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA – SEJUS – a relação dos trabalhadores aptos à contratação, considerando a quantidade

e os serviços que serão prestados pelos trabalhadores a serem contratados, devendo a SEJUS fornecer por escrito a relação solicitada, assim como as respectivas contas para os depósitos dos salários dos trabalhadores, no prazo máximo de 08 (oito) dias corridos, contados da solicitação, nos termos do art. 37 da Lei 7.210/1984.

h.4) O atraso na formalização da contratação da mão-de-obra mencionada, por culpa exclusiva do CONTRATANTE ou da SEJUS, não ensejará qualquer gravame ou penalidade ao CONTRATADO. O não cumprimento dessa obrigação, por parte do CONTRATADO, importará em rescisão do contrato firmado com a Administração Pública, sem prejuízo das demais consequências previstas na Lei 8.666/1993.

(h) Observar as disposições da PORTARIA SEGER/PGE/SECONT Nº 049-R/2010, de 24 de agosto de 2010.

(i) Adotar todas as providências necessárias para regularização de seu regime tributário junto aos órgãos competentes.

(j) concluir todos os serviços nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;

(k) realizar todos os serviços de acordo com as normas e recomendações técnicas pertinentes;

(l) programar seus trabalhos de forma a não prejudicar o andamento normal das atividades no âmbito do Detran/ES, inclusive com a execução de serviços em finais de semana, caso haja necessidade;

(m) fazer com que seus empregados se apresentem ao trabalho uniformizados, identificados através de crachás e munidos de todo material necessário à execução dos serviços, inclusive com os equipamentos de segurança individual, devendo substituir qualquer um deles que não atenda às normas do CONTRATANTE, em especial as de Controle de Acesso;

(n) Responsabilizar-se por quaisquer danos, a que der causa, ao patrimônio do CONTRATANTE ou de seus servidores e usuários;

(o) Comunicar ao CONTRATANTE qualquer modificação em seu endereço, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço informado durante o procedimento licitatório;

(p) Apresentar visto do CREA-ES, no caso de a CONTRATADA ter apresentado na licitação registro de CREA de outra jurisdição, de acordo com regulamentação do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (art. 69 da Lei nº 5.194/66 e inciso II do art. 1º da Resolução nº 413/97;

(q) Providenciar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da emissão da primeira Ordem de Serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, e entregá-la à SGSEP, até a data de início dos serviços estabelecida na respectiva Ordem de Serviço, juntamente com o comprovante de pagamento da respectiva taxa;

(r) Caso haja acréscimo de quantitativo ou de prazo para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar o registro da ART, vinculada à original, proporcional ao respectivo quantitativo ou prazo. Cópia autenticada deste documento deverá ser entregue à Subgerência de Serviços Gerais e Patrimônio à, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da via do Termo Aditivo correspondente, juntamente com o comprovante de pagamento da respectiva taxa;

(s) No caso de substituição do responsável técnico dos serviços, durante a execução do Contrato, a CONTRATADA providenciará a ART do novo responsável técnico, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da autorização de substituição pelo CONTRATANTE, a qual deverá estar vinculada à ART original. Cópia

autenticada deste documento deverá ser entregue à SGSEP do CONTRATANTE, juntamente com o comprovante de pagamento da respectiva taxa;

(t) Apresentar o cadastro e o certificado emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo, informando estar habilitada para realização dos serviços constantes deste Termo de Referência;

(u) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, o objeto da licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço, se responsabilizando pelo perfeito funcionamento de todos os sistemas listados no contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da notificação para sua correção.

(v) a SGSEP poderá convocar o representante legal da CONTRATADA para realização de reuniões presenciais, registradas em ata, onde poderão ser acordadas datas específicas para execução de determinados serviços, sendo a CONTRATADA submetida a cumprir tais prazos;

(w) responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços por seus empregados, tais como: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, vales-refeições, vales-transportes e outras que eventualmente sejam criadas ou exigidas legalmente;

(x) fornecer os equipamentos, os materiais, a mão de obra, o transporte e tudo o mais que for necessário para a execução dos serviços;

(y) obedecer às regras de segurança existentes no DETRAN|ES para a entrada ou saída de empregados e materiais;

(z) providenciar, por conta própria, toda sinalização necessária à execução dos serviços, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;

(aa) remover todos os materiais que sobrem, promovendo a limpeza do local dos serviços, durante todo o período de execução, dando destinação em conformidade com as exigências legais;

(bb) informar a SGSEP, antes do início dos trabalhos, a relação nominal do pessoal responsável pela execução dos serviços;

(cc) comunicar à SGSEP qualquer anormalidade constatada, em relação à prestação de serviços e prestar os esclarecimentos solicitados;

(dd) manter, durante o período de contratação o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitação;

(ee) executar os serviços de manutenção preventiva mensalmente, em dia previamente combinado com o gestor do contrato, constando de revisão geral, limpeza, ajuste e lubrificação de equipamentos, fixação e troca de parafusos, roscas, bielas, anéis, borrachas de vedação e fusíveis, inspeção de vazamentos de água e ar e ajuste de seringas tríplice, regulagem de canetas e micromotores e aferição de fotopolimerizadores com radiômetro, independentemente de manutenções corretivas que venham a ocorrer no mesmo período;

(ff) arcar com as despesas de transporte e deslocamento dos equipamentos e seus componentes;

(gg) fornecer, sempre que solicitado pelo contratante, esclarecimentos e informações técnicas sobre o objeto licitado;

(hh) por ocasião da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a relação de técnicos habilitados, constantes de seu quadro permanente, para a execução dos serviços, apresentando nesta ocasião a comprovação de sua habilitação;

(ii) caso o(s) técnicos designados(s) para realizar os serviços de manutenção preventiva ou corretiva não sejam quaisquer daqueles indicados na relação supracitada, a CONTRATADA deverá, antes de iniciar a execução do serviço, apresentar a comprovação de habilitação para o exercício da atividade;

(jj) caso o(s) técnicos designados(s) para realizar os serviços de manutenção preventiva ou corretiva não sejam quaisquer daqueles indicados na relação supracitada, a CONTRATADA deverá, antes de iniciar a execução do serviço, apresentar a comprovação de habilitação para o exercício da atividade;

(kk) não empregar menores de 18 anos em qualquer trabalho;

(ll) Não contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao DETRAN|ES, devendo na ocorrência de qualquer uma das hipóteses descritas, comunicar, de imediato e por escrito, ao Gestor do Contrato e a SGSEP;

(mm) Para o desenvolvimento das atividades definidas neste edital, a contratada deverá possuir instalações na região da Grande Vitória – ES (podendo ser a sede ou filial), justificado para facilitar a fiscalização por parte da CONTRATANTE diminuindo assim os custos com deslocamento para reuniões, visando uma melhor e mais rápida comunicação das partes e também uma maior agilidade na solução dos possíveis problemas administrativos, técnicos, operacionais e comerciais.

8.2 - Compete à CONTRATANTE:

(a) Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

(b) Definir os locais em que serão executadas as tarefas ajustadas;

(c) Designar servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços.

(d) prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

(e) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços e com o fornecimento das peças e dos equipamentos, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados;

(f) sustar qualquer fornecimento que esteja em desacordo com o especificado;

(g) exercer a mais ampla, irrestrita, permanente e completa fiscalização, diretamente ou por outros prepostos designados, não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos produtos especificados;

(h) notificar por escrito a CONTRATADA acerca das imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto licitado, para que sejam adotadas as medidas cabíveis;

(i) cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e no Contrato.

9 - CLÁUSULA NONA: DOS ADITAMENTOS

9.1 - O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Assessoria Jurídica do Detran-ES.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

10.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

10.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

10.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 10.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

10.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

(a) advertência;

(b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

(c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;

(d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

(e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

10.2.1 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

10.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

10.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

10.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea “d”, deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

10.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Assessoria Jurídica do Detran-ES.

10.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

10.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela CONTRATADA;

10.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

10.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

11.1 - Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

11.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

11.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

11.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

11.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

12.1 - A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS

13.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - O _____(setor administrativo)_____ designará formalmente o servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, competindo-lhe atestar a realização do serviço contratado, observando as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

14.2 - O recebimento do serviço ocorrerá da seguinte forma:

14.2.1 - Para os Serviços de Manutenção Preventiva, o objeto será recebido da seguinte forma:

(a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação escrita do contratado;

(b) Definitivamente, pelo _____(setor administrativo)_____ ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de _____(quantidade de dias)_____ observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

14.2.2 - Para os Serviços de Manutenção Corretiva com Fornecimento total de peças e componentes esses serão recebidos da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

14.2.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

15.1 - Representará a CONTRATADA na execução do ajuste, como preposto, _____(nome completo, nacionalidade, profissão e estado civil do representante da empresa).

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, ____ de _____ de _____.

CONTRATANTE

CONTRATADA

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES
LOCAIS**

DECLARAÇÃO

Declaramos que temos pleno conhecimento dos locais e das condições em que deverá ser executado o objeto do contrato, conforme estipulado no edital do **PREGÃO N°/0000**, reconhecendo ainda que tal circunstância retira-nos a possibilidade de qualquer alegação futura de necessidade de adequação de objeto e/ou recomposição (reequilíbrio, revisão ou repactuação) de preços quanto ao aqui declarado.

Vitória, _____ de _____ de _____

Atenciosamente,

(EMPRESA LICITANTE – sócio gerente)

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

LUIZ ARNALDO CUSTÓDIO BOMFIM
PRESIDENTE (COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO)
DETRAN - DETRAN - GOVES
assinado em 03/02/2022 11:21:01 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 03/02/2022 11:21:01 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ROGÉRIA DA SILVA AMARAL HENRIQUES (MEMBRO (COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO) - DETRAN -
DETRAN - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-X9PPQV>